

INDAGAÇÕES SOBRE A ONTOLOGIA DO ALUNO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Murilo Barche Alves, UEPG, eternalhas@live.com

Paola Andressa Scortegagna, UEPG, paola_scortegagna@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente resumo apresenta reflexões epistemológicas acerca do Projeto Político Pedagógico, documento norteador que se faz presente em todas as instituições da Educação Básica, e os (possíveis e potenciais) impactos que pode causar, quando elaborado e posto em prática com consciência.

O maior enfoque dado é em relação às práticas Políticas que permeiam o documento, e suas relações dialéticas entre teoria e prática, pensando na formação de alunos que, após concluir a Educação Básica, possam atuar como sujeitos politicamente ativos e responsáveis.

DESENVOLVIMENTO

A redemocratização brasileira permeou mudanças nas estruturas sociais, jurídicas e políticas do Brasil. Ocorrida há apenas 33 anos, a elaboração da Constituição Federal de 1988 estabeleceu parâmetros para a consolidação de uma nação pautada na cidadania e nos valores democráticos. Ela possibilitou acentuar o propósito de educar como sendo de fundamental importância aos brasileiros, sendo garantida pelo Art. 205 (BRASIL, 1988). Introduzido pelo pensamento de Educação da Constituição, surgiu a LDB 9.394/96, em que foram colocados como dever do Estado a garantia do acesso à educação da população e outros processos para aprimorar o sistema de ensino em âmbito nacional.

O Art. 12 apresenta a garantia de autonomia das escolas e, no Art. 14, constata-se a democratização de sua gestão, colocando que a elaboração do projeto de escola deve ser ampla e participativa (BRASIL, 1996). Com isso, surge o PPP (Projeto Político Pedagógico), documento norteador encarregado de respaldar as predileções pedagógicas e políticas de cada instituição, almejando construir uma relação prolífica entre a instituição escolar, gestão pedagógica, professores, alunos e comunidade (VEIGA, 2008).

No entanto, o conflito acerca do documento reside no questionamento de seu propósito de existência, já que "a instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também uma instituição de confronto" (VEIGA, p. 277, 2003), portanto, a escola precisa estar fundamentada em um propósito crítico, de evolução constante.

A escola, porém, ainda apresenta uma estrutura conservadora em que, nos últimos anos, somente gerou a manutenção da classe dominante perante à dominada, já que o Estado e as instituição de autoridade são compostas pela primeira, culminando conscientemente ou não, na hegemonia dos detentores de poder perante aos que não tem, inclusive fazendo com que os "maus" alunos internalizassem a inferioridade. (MÉSZÁROS, 2006).

Gadotti (1995, p. 67) expõe que a Igreja e o Estado são fundamentais para garantir a hegemonia através da coerção ideológica, ou seja, estruturalmente criam nos sujeitos mecanismos de sabotamento que inviabilizam qualquer tentativa de emancipação social. E o responsável por fornecer educação é justamente o Estado. A correlação entre hegemonia, Estado e escola é inevitável.

Marx (2007, p. 193) ressalta, também, que a classe burguesa nunca se interessou em consolidar uma noção coletiva ou a construção de um espaço social melhor, pois visavam apenas os interesses individuais, como a expansão dos negócios lucrativos, e é justamente ela, por meio de seu poder do capital, adentrou nas camadas do Estado.

Logo, a questão primordial é: onde está o aspecto Político no Projeto Político Pedagógico, com o propósito de projetar alunos para a(s)cenderem suas capacidades de aprimoramento, no sentido de constituir-se como cidadãos participantes da sociedade, já que as escolas são regidas pelo Estado?

Há mais de 20 anos existe a determinação legal da elaboração democrática do PPP, e ainda não surgiram mecanismos que impactaram verdadeiramente na consolidação de sujeitos-alunos impulsionados a modificarem a hegemonia estatal. Pelo contrário, na visão de Safatle (2016, p. 100-101) vive-se uma imersão social cada vez maior na *neoliberalização* dos sujeitos, que acirra a culpabilidade – já que se é supostamente livre - e gera anseios, pois eles são responsáveis por todos os seus atos, desconsiderando as diversas contradições existentes no sistema capitalista.

Isso delimita a potencialidade de existência aos valores do mercado, já que o modus operandi de formação dos alunos é baseado numa ilusão de liberdade, ao mesmo tempo que é pautado em sua inserção no mercado de trabalho. O desprendimento desse modo de criação de egressos para serem introjetados só pode se efetivar por meio de uma revolução permanente no âmbito educacional, estimulando os alunos a não introduzirem *ser-em-si* (LUKÁCS, 2018) das exigências neoliberais, mas sim sua representação enquanto sujeito capaz de atuar pela/por transformação.

Uma verdadeira revolução, segundo Lukács (2003), só ocorre a partir da maturidade ideológica das classes dominadas, quando elas tiverem plenamente conscientes de sua posição. Assim, a escola se apresenta como um espaço desenvolvido para produzir este tipo de ideia porém, faz-se necessário que os educandos e, principalmente, os professores tenham a noção das contradições, mas também das capacidades que este espaço oferece.

A discussão envolvendo o ser-aluno, entrelaçando a teoria lukacsiana com Educação, realiza-se por Vaisman (2018, p. 455), em que é colocado que a individualidade acaba por perpassar as relações do homem, já que ele é moldado social e estruturalmente, para se sentir indiferente perante ao todo. Se pensarmos na prática educacional, existe a coerção para que o aluno tire a nota X, e aquela atribuição de valor (quantitativo e qualitativo) refere-se somente à sua individualidade.

Por consequência, duas problemáticas centrais ocorrem com o estudante: ele se sente inferiorizado por sua nota, ao mesmo tempo que não se sente íntegro àquele espaço. Ele deve compreender sua integridade (*SER*) à escola, e que a instituição não é um mero local burocrático que ele frequenta só em detrimento da necessidade de formação para o mercado de trabalho, tampouco por exigências de seus responsáveis.

Demanda-se um olhar crítico para o Projeto Político-Pedagógico intercalando seu discurso diretamente com propósitos libertários para com os alunos. A palavra Político merece atenção e, como se percebe, antecede a própria noção de Pedagógico. O documento precisa servir como intermédio para que os sujeitos, principalmente no Brasil, consigam atingir a emancipação através da sala de aula, caso contrário, a escola continuará se mantendo como agente de cooptação de seres humanos para as cobiças do capitalismo.

CONCLUSÃO

O papel da escola precisa ser veementemente questionado, não no sentido de se referir a ela e insultá-la, mas no sentido de (re)pensá-la como uma instituição que ainda possui amarras conservadoras, necessitada de reformas teórico-práticas.

Cabe à gestão pedagógica, aos professores e à comunidade estarem alinhados para elaboração de um Projeto de escola, que vá além dos muros que a cercam: com conhecimento problematizado, com as noções de luta de classes pontuadas no documento, e que não seja delimitado à mera reprodução do saber.

Que o documento seja elaborado com criticidade, contribuindo com a emancipação dos educandos, e não se configure apenas mais um amontado de papel guardado em uma gaveta, produzido somente com o intuito de atender às demandas burocráticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 mar. De 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 mar. De 2021.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. São Paulo: Autêntica, 2016.

VAISMAN, Ester. **Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações**. PERSPECTIVA v. 27, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2009. p. 441 – 459.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p.267-281, dezembro 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. In: **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível** (Org.). 24^a ed. Campinas, Papirus, 2008.